

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA DA CIDADANIA

Lázara Lisboa da Costa Mendonça¹

Gilda Aparecida Nascimento²

Resumo: Pretende-se com esse trabalho, resultante de uma pesquisa de cunho teórico-descritivo-bibliográfico, desenvolver um estudo acerca da necessidade da reinvenção da escola no sentido de promover uma educação que valorize as diferentes culturas que se entrecruzam nesse espaço privilegiado de formação para a cidadania por meio da vivência de práticas democráticas. Nesse entendimento, faz-se necessário lançar um novo olhar para as questões curriculares visto que estas necessitam refletir as expectativas e necessidades formativas dos alunos e das alunas, sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Para a transformação da sociedade nas desigualdades sociais, a escola pública possui um papel fundamental por meio da promoção da educação intercultural via sistematização e operacionalização curricular. Trata-se de uma proposta de ensino em prol da justiça social que poderá ser materializada nas práticas educativas de acolhida e valorização da pluralidade cultural que permeia a organização escolar. Discutir a escola pública brasileira é pensar em sua trajetória em busca de um ensino com qualidade social que possibilita o acesso e a permanência de todos os alunos e alunas na escola ao longo de seu projeto de formação pessoal e profissional. Todavia, há escolas nos dias atuais que se apresentam pouco permeáveis aos contextos culturais dos sujeitos que a procuram como local, por excelência, de exercício da cidadania. Assim, surge uma questão relacionada às possibilidades do currículo escolar, qual seja: O que pode a escola fazer do ponto de vista do currículo para se transformar efetivamente em local de cidadania para os (as) estudantes? Para refletir acerca da questão, este trabalho fundamenta-se em Candau (2002), Canen e Moreira (2001), Libâneo (2008), Oliveira (2009), Pérez Gomez (2001) Sacristán (2007; 2000) dentre outros, que apresentam suas considerações que julgamos relevantes para este debate. O trabalho está estruturado em quatro momentos que se articulam: introdução que contextualiza a escola atual e apresenta os aspectos centrais da pesquisa desde os objetivos ao resultado encontrado; referencial teórico abordando os conceitos e as percepções de diversos autores bem como algumas considerações das autoras acerca da temática em estudo: a escola como espaço de exercício da cidadania e considerações finais. Conclui-se fundamentado nas discussões teóricas que a escola pode se tornar *locus* de vivência da cidadania desde que contemple na sua proposta curricular e de gestão práticas democráticas de valorização das culturas dos sujeitos que a compõem.

Palavras-chave: políticas educacionais, currículo, gestão democrática, perspectiva intercultural, prática social, escola e cidadania.

Introdução

A organização das práticas curriculares e de gestão da escola como espaço de vivência da cidadania é o ensaio dos primeiros passos para a construção de projeto de educação voltado para a democracia. São potencialidades que podem ser desenvolvidas para serem colocadas em prática nas situações do cotidiano escolar.

¹ Graduação em Pedagogia pela Faculdade “Bernardo Sayão” – Associação Educativa Evangélica. Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUG GOIÁS. Professora da Faculdade Evangélica de Goianésia – FEG, Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI em Goianésia. E-mail: lazaralisboa@hotmail.com

² Graduação em Matemática e Sistema de Informação. Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS. Professora da rede estadual e na FACER (Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba). gildagnascimento@gmail.com

A educação nunca esteve tão em evidência como nos tempos atuais. Todos os setores sociais depositam nela a esperança de um futuro mais promissor para a humanidade. Não obstante a tudo isso, é possível perceber, em alguns países da América Latina, altos índices de analfabetismo, evasão, repetência, fracasso escolar e desigualdades de acesso e permanência à educação.

A crise da escola pública com seus processos excludentes continua a preocupar os estudiosos das questões educacionais. “Esta crescente diferenciação do sistema traduz também uma equação de menor a maior qualidade e visibiliza a tendência à inserção da educação na lógica do mercado, como um produto de consumo que se compra, segundo as possibilidades econômicas de cada um” (CANDAUI, 2002, p. 12).

Nesse contexto, a desvalorização do profissional da educação ainda está presente em nossos sistemas, e isso pode ser constatado, inclusive, nas reformas educacionais que menosprezam a figura do professor em detrimento de questões curriculares que, por sua vez, não deveriam ser pensadas de forma desvinculada dessa formação.

Vivemos numa sociedade extremamente complexa, contraditória e desigual, conseqüentemente, a educação se efetiva em diferentes âmbitos, instituições e práticas sociais. Assim, é equivocado atribuir somente à escola a tarefa de educar, visto que, há entre nós, uma multiplicidade de saberes que circulam em inúmeros canais e lugares que influenciam, sobremaneira, as formas de construção do conhecimento (LIBÂNEO, 2008). Ademais, há na organização escolar a presença de uma multiplicidade de culturas que necessitam ser devidamente reconhecidas como parte integrante da constituição do ser humano visto que revela a sua singularidade. Essa constatação nos impõe uma questão de grande importância: O que pode a escola fazer do ponto de vista do currículo para se transformar efetivamente em local de cidadania para os (as) estudantes?

Processos educativos e o currículo na perspectiva intercultural

A escola, em meio às transformações em curso no âmbito econômico, cultural e educacional decorrentes da concepção neoliberal de sociedade se vê muitas vezes pressionada a atender as exigências postas pelo mercado vigente. Entretanto, acreditamos e defendemos a escola como prática voltada para a inclusão de todos os alunos e todas as alunas no processo de escolarização. Entendemos essa inclusão como o direito garantido de acesso e permanência destes no processo formativo de modo a considerar, no currículo, a diversidade cultural bem como as diferenças de toda ordem presentes nos contextos sociais. Para além do local de aquisição do conhecimento socialmente sistematizado e reconhecido, a escola necessita ser um espaço de interlocução entre diferentes culturas, saberes e linguagens.

Nesse movimento, cabe à organização escolar operacionalizar suas atividades educativas com dinamismo e flexibilidade para a diversificação na leitura dos fenômenos, nos modos de expressão e debate, bem como possibilitar a construção de uma perspectiva crítica e plural da realidade social.

Para a transformação da escola, em local de prática da cidadania, outro grande desafio que se coloca aos seus agentes diz respeito à articulação entre igualdade e diferença, pois a cada dia aumenta o número dos movimentos sociais que empreendem luta pela promoção de uma educação verdadeiramente intercultural para todos que a procuram. Estes movimentos sociais objetivam a concretização de uma educação igualitária sem práticas racistas e sexistas, ou seja, uma educação que conduza ao respeito às diferenças à justiça social. Libâneo (2008, p. 110) se posicionando em relação à educação voltada para as diferenças, reforça que: “Se nos propomos ao reconhecimento das diferenças, é preciso que se tenham práticas concretas e afirmativas de respeito à diversidade social, cultural, religiosa, étnica, sexual, entre professores, alunos e funcionários”.

Nesse sentido, Candau (2002, p. 58), estabelece critérios básicos para a promoção de processos educativos em uma perspectiva intercultural que por meio da organização e gestão do trabalho escolar na perspectiva da democracia possibilitam a efetivação desse projeto educativo e de transformação da realidade social. O primeiro diz respeito ao fato de que educação se concretiza em um determinado contexto social estabelecendo uma relação dialética quanto às influências que se estabelece com os diversos setores da sociedade. “[...] a educação é vista como uma prática social em íntima relação com as diferentes dinâmicas presentes numa sociedade concreta”.

O segundo critério abordado pela autora chama à atenção do sistema de ensino de uma maneira geral para a relação que se deve estabelecer entre a pluralidade cultural na escola e a elevar do ser humano quanto ao seu direito adquirido de ter sua dignidade respeitada. “[...] é importante articular a nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas, o reconhecimento e valorização da diversidade cultural com as questões relativas à igualdade e ao direito à educação como direito de todos/as” (CANDAU, 2002, p. 58).

Na sequência a autora expõe a respeito da complexidade do projeto da educativa intercultural que demanda na sua operacionalização o trabalho em equipe que possa envolver toda a comunidade educativa nas práticas cotidianas da escola. “[...] a educação intercultural trata-se de um enfoque global que deve afetar a cultura escolar e a cultura da escola como um todo, a todos os atores e a todas as dimensões do processo educativo, assim como a cada uma das escolas e ao sistema de ensino como um todo” (Candau, 2002, p. 58).

Continuando a explicitação dos critérios essenciais para a educação intercultural, a autora ressalta a necessidade de a escola repensar o modo de sistematização da proposta curricular do ponto de vista de suas prioridades como também as questões que denotam a circulação do currículo oculto que influenciam o modo de ser, viver e conviver dos atores da escola.

[...] esta perspectiva questiona o etnocentrismo que, explícita ou implicitamente, está presente na escola e nas políticas educativas e coloca uma questão radical: que critérios utilizar para selecionar e justificar os conteúdos – no sentido amplo, que não pode ser reduzido aos aspectos cognitivos – da educação escolar? [...] a educação intercultural afeta não somente aos diferentes aspectos do currículo explícito [...], como também o currículo oculto e as relações entre os diferentes agentes do processo educativo [...]. Neste sentido, trabalhar os vários aspectos do dia-a-dia que compõem os dois currículos constitui desafios iniludíveis (CANDAUI, 2002, p. 58).

Conforme a autora, verifica-se que a proposta da educação intercultural é complexa e exige uma análise criteriosa da cultura escolar, cultura da escola e do sistema de ensino na sua globalidade. Apresenta questões importantes que estão relacionadas com a função social da escola frente às grandes transformações que vêm acontecendo na sociedade. Os professores e demais profissionais da educação são convidados a repensarem teorias, conteúdos e práticas educativas.

Desse modo, as questões relativas aos processos culturais colocam para a educação escolar, hoje, novos desafios que não foram, ainda, devidamente explorados e superados. Esta realidade vem instigando reflexões no sentido de se propor alternativas à escola, para que a mesma se transforme em instituição significativa para o aluno nos níveis pessoal e social.

Tornar a instituição significativa nos remete novamente à questão do que deve ser prescrito ou estabelecido para ser ensinado nas escolas. Conforme afirmam Sacristán e Gómez (2000, p.124) na escola “não se aprende tudo, nem todos aprendem o mesmo”.

É possível levar em consideração os vários mecanismos que estão à disposição da escola como forma de conduzir ao conhecimento. Dentre eles, cita-se o currículo. Não se pretende aqui elaborar um estudo sobre tal, mas listar algumas questões pertinentes que podem nos orientar

nesta reflexão. Nessa direção Sacristán e Gómez (2000) apresentam questionamentos a respeito da proposta curricular quanto à explicitação dos objetivos, conteúdos do ensino, agentes que deliberam os conteúdos da escolaridade, a hierarquia de prioridade dos conteúdos dentre outros.

Considerar a educação escolar desse ponto de vista é pensá-la em sua diversidade e pluralidade, como instituição efetivamente educativa, formadora de seres humanos que necessitam ser respeitados e valorizados na sua singularidade.

Pérez Gómez (2002, p. 17) defende que “a escola, e o sistema educativo em seu conjunto, podem ser considerados como uma instância de mediação cultural entre os significados, sentimentos e as condutas da comunidade social e o desenvolvimento humano das novas gerações”. Desse modo, as escolas são percebidas como locais de entrecruzamento de culturas. De acordo com o autor o termo culturas

diz respeito ao “conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, que facilitam e ordenam, limitam e potencializam, os intercâmbios sociais, as produções simbólicas e materiais e as realizações individuais e coletivas dentro de marco espacial e temporal determinado (PÉREZ GÓMEZ, 2002, p. 17).

Como possibilidade de melhor compreensão dos processos culturais que ocorrem no espaço escolar, faz-se necessário a identificação de conceitos como: *cultura pública*, *cultura privada*, *cultura acadêmica*, *cultura social*, *cultura da escola* e a *cultura escolar*. Por cultura pública entende-se que são as disciplinas científicas, artísticas e filosóficas que compõem o currículo escolar. A cultura privada refere-se à aquisição pessoal dos alunos mediante as trocas espontâneas estabelecidas com seu contexto social. Já a cultura acadêmica é a sistematização, no currículo escolar, das disciplinas que formam a cultura pública. A cultura social são os valores e as práticas predominantes na sociedade. A cultura da escola (ou cultura organizacional) é o que “sintetiza os sentidos que as pessoas dão às coisas, gerando um padrão coletivo de pensar e perceber as coisas e de agir” (LIBÂNEO, 2008, p. 33). Trata-se do modo de pensar, agir e sentir da comunidade educativa. A cultura escolar revela a escola como instituição social específica com seus papéis, normas, rotinas e ritos (PÉREZ GÓMEZ, 2002). Desse modo, a identificação, compreensão e valorização da cultura da escola, tornam-se aspecto fundamental para a elaboração da proposta curricular bem como para os processos de gestão da escola na perspectiva democrático-participativa.

Neste entendimento, cabe à instituição escolar realizar a seleção dos materiais culturais disponíveis num determinado período histórico e social. Do mesmo modo sistematizar estes conteúdos de maneira a serem compreendidos pelos alunos. Entretanto, no momento em que se entra em contato com o cotidiano escolar e ao efetuar leituras de diferentes pesquisas que problematizam o tema, é possível perceber claramente “[...] que a cultura escolar predominante

nas nossas escolas se revela como ‘engessada’, pouco permeável ao contexto em que se insere, aos universos culturais das crianças e jovens a que se dirige” (CANDAU, 2002, p. 68).

Torna-se, assim, imprescindível a revisão das práticas educativas no sentido de possibilitar a circulação e o reconhecimento das diferentes culturas no espaço escolar uma vez que a instituição de ensino não pode perder de vista sua função social e política no processo de transformação da sociedade, qual seja a emancipação intelectual e moral do ser humano para que possa atuar no contexto social de maneira a contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

Quem pretende construir uma educação diferente dos padrões tradicionais e autoritários, que contribua para a emancipação humana, precisa projetar esta nova educação. Esta é uma tarefa complexa, porém necessária, para aqueles que buscam uma sociedade mais justa, que respeite as diferenças e os direitos da pessoa humana e, em especial, das crianças. Esta meta implica em uma qualidade ética, política e técnica que requer planejamento e definição coletiva de rumos, princípios e ações ARAÚJO, 2008, p. 11).

Isso implica “a superação dos processos centralizados de decisão, pela defesa de uma administração colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões articuladas com todos os segmentos envolvidos na escola, pela clareza do sentido político e pedagógico presente nessas práticas e da sua importância como fenômeno educativo a ser construído cotidianamente (DOURADO (org.), 2003, p. 21).

Ao defendermos que a educação deve servir a um projeto de ser humano e de sociedade, assumimos o desafio de fazer uso de suas possibilidades no enfrentamento dos riscos postos pelo contexto social atual. Nessa perspectiva, Sacristán (2007, p. 15) enfatiza que “Educar para a vida é educar para um mundo em que nada nos é estranho. A educação vê-se obrigada a repensar suas metas e a revisar seus conteúdos”. Percebe-se aí a necessidade de superação dos obstáculos impostos pelas diferenças de classe e a pluralidade cultural. Realizar um trabalho que evite a padronização dentro das escolas buscando a flexibilidade em relação às propostas curriculares no intuito de atender as especificidades dos alunos e das alunas em suas particularidades.

Na concepção de Canen e Moreira (2001, p.16), “a pluralidade cultural no âmbito da educação e da formação docente implica, portanto, pensar formas de valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares.” Propiciando que a educação aconteça em todas as dimensões, respeitando as diferenças e minimizando os efeitos causados pela discriminação, pelos preconceitos que levam às práticas racistas e aos ataques violentos a grupos distintos em função das diferenças que assumiram. Os autores nos alertam para o cuidado com a violência simbólica que, na tentativa da homogeneidade, pode anular vozes e experiências de grupos oprimidos.

A organização escolar e a formação para a cidadania

A escola é um lugar onde se reproduz a realidade dentro de um contexto social, isto é, perceptível mediante as realidades econômicas e sociais que acontecem dentro de períodos históricos diferenciados. “Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade?” (Silva, 2003, p.15) É a questão que permeia a realidade dentro das escolas, que serve como pano de fundo para discussões que envolvem e divergem educadores. A questão não é só o que ensinar, mas como ensinar. É indispensável não perder de vista a dinamicidade em que se encontra a sociedade atual e também a identidade e a subjetividade de cada grupo; desta forma é possível trabalhar a formação da cidadania. Nesse sentido, Candau (2002, p. 15) enfatiza que,

[...] na reinvenção da escola, a questão da cidadania é fundamental. Não de uma perspectiva puramente formal do tema, mas a partir de uma abordagem que concebe a cidadania como uma prática social cotidiana, que perpassa os diferentes âmbitos da vida, articula o cotidiano, o conjuntural e o estrutural, assim como o local e o global, numa progressiva de ampliação do seu horizonte, sempre na perspectiva de um projeto diferente de sociedade e humanidade.

A escola, compreendida dessa maneira, se constitui em *lócus* de busca, diálogo, debates, embates, satisfação, desafio, conquista de espaço, construção de identidade, diversidade na expressão e linguagens, aventura, organização dos cidadãos e confirmação da dimensão ética e política de todo o processo educativo. Nesse entendimento, Sacristán (2007, p. 155) ressalta que:

A educação, acreditamos, melhora o ser humano; melhorar a educação se traduzirá em um aumento de seu poder realizador. Imaginando novos estados para o ser humano e a sociedade, inicia-se a dissonância que nos conscientiza da necessidade de mudança, aplicando depois a força de vontade à ação para consegui-la. Quem não deseja mudar, não imagina outra situação e está satisfeito com a realidade, nada propõe, naturalmente.

Entendemos que cabe aos educadores parcela de responsabilidade na construção de uma nova escola que valoriza a vida e educa para os direitos humanos. Entretanto, defendemos junto a Coelho (2009, p. 199) que:

A busca de uma nova escola não se confunde com a defesa de ações espontaneístas, mas de uma escola que emerja da reflexão do real e do trabalho mesmo de inventá-la como criadora de direitos e formadora de sujeitos da cultura e da política. Essa escola exige dos envolvidos no trabalho de ensinar e aprender, dos mestres e estudantes, o permanente cultivo da interrogação, do pensamento, da crítica, da contestação. [...]. Para que consigamos realizar essas ideias, criar essa escola é fundamental o cultivo rigoroso e crítico da leitura, do estudo, do pensamento, da sensibilidade, da imaginação, da autonomia, da liberdade, do direito.

Nesse sentido, o rompimento com as práticas de organização e gestão burocráticas da escola é condição essencial para a reinvenção desse espaço que busque realizar uma ação educativa na perspectiva da democracia. Para Morin (2001, p. 65),

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é

definido em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional.

Acreditamos que, ao assumir essa proposta de educação estaremos contribuindo para a *reinvenção da escola*, uma vez que esta parece não se adequar aos novos tempos. A prática de reinvenção da organização escolar se converte em um projeto a ser construído com a participação de todos os agentes da escola por meio de uma gestão democrática. Dourado (org., 2003, p. 20) esclarece que:

A gestão democrática, neste contexto, é compreendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, alunos e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Assim, o exercício da democracia deve ter início no interior da escola como possibilidade de discussão crítica do cotidiano escolar, haja vista que o papel da escola é contribuir para a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos que possam intervir no contexto social. Dessa maneira, segundo Araújo (2008, p.10) “a participação coletiva é o ingrediente fundamental da gestão democrática, sem o qual não existe a possibilidade da vivência da democracia e da liberdade no interior das instituições educacionais”. Cumpre promover no espaço da escola a vivência contínua de novos princípios, tais como autonomia, participação, poder compartilhado e cooperação. Dessa maneira, encontramos-nos diante de novos desafios para a construção de uma gestão escolar que necessita elucidar outros caminhos, novas alternativas práticas na sua operacionalização que possibilita ao ambiente mais dinamismo e atuação efetiva da comunidade escolar no processo de tomada de decisões. Schlesener (2006, p. 188) destaca que:

[...]. Um dos meios para se instaurar a prática da gestão democrática são os conselhos escolares, que, gerando a possibilidade de participação efetiva da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico e na deliberação sobre os problemas mais urgentes da educação, criam as condições para a efetiva liberdade de cada um no conjunto da vida coletiva. No bojo desse processo, redefine-se a democracia e criam-se novas práticas de convivência social e política.

É importante ressaltar que a preocupação com a democratização das práticas de gestão na escola pública possui embasamento legal, visto que a expressão “gestão democrática” é sugerida na Constituição Federal (1988) como um dos princípios do ensino público. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]. VIII. Gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Isso, porém, não exime o ensino privado da observância desta Lei na operacionalização de suas práticas de gestão.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394/96) no seu artigo 14 se uniu a Constituição de 1988 e acrescentou a participação dos docentes e de toda a comunidade

escolar na construção da proposta pedagógica da escola bem como nos conselhos escolares ou equivalentes:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades locais, conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, verifica-se que a expressão “gestão” nas legislações supracitadas, aparece acompanhada das características “democrática” e “participativa”, o que confere ao termo, uma concepção positiva quando reforça a necessidade da prática de uma gestão educacional e escolar que busque o envolvimento efetivo daqueles que constituem a escola no processo de tomada decisões. Ou seja, empreender um trabalho conforme propõe Libâneo (2008) cujo esforço coletivo propicia a tomada de decisões e, ao mesmo tempo, faz com que essas decisões se convertam em ações concretas em função dos objetivos e metas estabelecidos pela comunidade escolar.

Considerações finais

Percebe-se a que a inclusão dos educandos no processo da aprendizagem formal de fato é o caminho a ser trilhado para que a escola tenha significado pessoal e social a todos esses sujeitos. Assim compreendida – o acesso e permanência de todos os indivíduos na aprendizagem escolar se tornam um direito adquirido que deverá envolver no currículo, a diversidade cultural bem como as diferenças presentes nos contextos sociais. Acreditamos que esta é a possibilidade da escola se tornar mais próxima daqueles que a frequentam como também da sociedade.

A educação na perspectiva intercultural não é simples e fácil, perpassa por situações que estão relacionadas à cultura, desigualdades sociais e identificação e compreensão das diferenças de toda ordem. Os autores pesquisados são enfáticos ao afirmarem a escola é de fato o local de consolidação da cidadania por meio de práticas educativas desenvolvidas que promovam a elevação da condição humana.

A escola pensada como mediadora cultural poderá minimizar muitos embates que acontecem dentro e fora do seu espaço, propiciando o exercício da democracia, condição essencial para uma vida cidadã. Para tanto, faz-se necessário que a escola crie mecanismos de participação em que toda a comunidade educativa possa debater criticamente as práticas educativas desenvolvidas nesse espaço. Assim, os sujeitos que compõem a organização escolar estarão contribuindo para a construção, de fato, de um novo modelo de gestão da escola pública brasileira, qual seja a gestão democrático-participativa que, na sua operacionalização, propicia o

exercício da cidadania. Esta proposta de gestão escolar é desafiadora dentro do contexto da social atual, haja vista que a sociedade de maneira geral preserva formas de gestão centralizadoras e autoritárias. Entretanto, acreditamos que a gestão escolar na perspectiva da democracia contribui efetivamente para a *reinvenção da escola*, visto que possibilita a vivência da cidadania, condição *sine qua non* para a concretização do projeto de transformação da realidade social.

Referências

- ARAÚJO, D. S. A construção coletiva do projeto político-pedagógico e a gestão democrática na educação infantil In: *Educação: tendências e desafios de um campo em movimento* Anais do Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED Centro-Oeste, 2008, Taguatinga, 2008. p. 663-677.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CANAU, V. M. *Reinventar a escola*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. *Ênfases e omissões no currículo*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- COELHO, I. Cultura, educação e escola. In: COELHO, I. M. (Org.). *Educação, cultura e formação*. Goiânia: PUC GOIÁS, 2009, p. 181-201.
- DOURADO, L. F. de (Org.). *Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-GO*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- OLIVEIRA, J. S. de. Ética, cultura, educação e escola hoje. In: COELHO, I. M. (Org.). *Educação, cultura e formação*. Goiânia: PUC GOIÁS, 2009, p. 163-180.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- SACRISTÁN, J. G. *A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre, Artmed, 2000.
- SCHLESENER, A. H. Gestão democrática da educação e formação de conselhos escolares. In: FERREIRA, N. S. C. *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 177-189.
- SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.